



**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS  
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS**

**DENISE CRISTINA DE SOUZA MODA**

**TRABALHADORES DIARISTAS COLHEDORES DE LARANJA:  
um estudo de caso à partir do tripé da seguridade social.**

**FERNANDÓPOLIS  
2017**

**DENISE CRISTINA DE SOUZA MODA**

**TRABALHADORES DIARISTAS COLHEDORES DE LARANJA:  
um estudo de caso à partir do tripé da seguridade social.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às  
Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação  
Educativa de Fernandópolis, como pré-requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Fabíola Regina Falcoski

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS**  
**Fernandópolis, 2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS  
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS

Moda, Denise Cristina de Souza

Trabalhadores colhedores de laranja volantes: O trpé da seguridade social, à partir de um estudo de caso. / Denise Cristina de Souza Moda, Fernandópolis, 2017; orientador: prof.<sup>a</sup> Ma. Fabíola Regina Falcoski. Fernandópolis, 2017, 125 p.

Monografia (Conclusão de Curso – Graduação em Serviço Social. Área de concentração: Ciências Sociais) – Faculdades Integradas de Fernandópolis.

1. Êxodo Rural. 2 Trabalhadores Rurais Diaristas. 2. Precarização. 3. Seguridade Social. 4. Vulnerabilidades Sociais. 5. Legislação. 6. Informalidade.

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**DENISE CRISTINA DE SOUZA MODA**

**Trabalhadores volantes colhedores de laranja: um estudo de caso à partir da  
seguridade social.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às  
Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação  
Educativa de Fernandópolis, como pré-requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/2017

Examinadores:

---

Prof. Me. João de Souza Lima.  
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis  
Curso: Serviço Social

---

Prof. Ma. Elaine Friozi Garcia Guimarães.  
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis  
Curso: Serviço Social

Prof. Ma. Fabíola Regina Falcoski  
Presidente da banca examinadora

## **Dedicatória**

*Ao meu esposo André Luiz da Silva, e ao meu filho Inácio por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos de minha vida, me incentivando aos estudos, e me auxiliando nas dificuldades. E á todos os trabalhadores rurais assalariados desse país.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a prof<sup>a</sup> Fabíola por ter contribuído como orientadora para realização deste trabalho de conclusão de curso. Sou grata ao professor Cleber Virginio e por ter me orientado durante a primeira fase de desenvolvimento dessa pesquisa. Não poderia deixar de agradecer a todos os professores que compôs a grade do curso de Serviço Social da FEF entre os anos de 2014 a 2017, por dedicarem boa parte de suas vidas com ao ensino.

Agradeço aos meus colegas de sala, Vitor, Silvana, Franciely, e Daiany, por me acompanhar nesses quatro anos de faculdade, vocês foram primordiais, pois tudo se tornou mais leve.

Agradeço aos funcionários (as) da FEF, sem o trabalho de vocês o campus não funcionaria definitivamente.

Agradeço a trabalhadora rural colhedora de laranja, a qual eu entrevistei, batalhadora, guerreira, mulher de fibra, que gentilmente me concedeu a entrevista.

Agradeço ao meu filho Inácio, pois ele é força que me move para eu continuar. Agradeço ao meu esposo André por todo o apoio que me deu desde o início, você é meu grande incentivador ao que se refere o mundo dos estudos.

Agradeço aos meus sogros, Vera e Bento, pela disponibilidade em cuidar tão bem do meu filho Inácio em minhas horas de ausência na dedicação aos estudos, sem vocês este estudo não seria possível.

Agradeço aos meus pais, Aparecido e Margarida, por serem os meus inspiradores no tema dessa monografia.

Agradeço ao meu cunhado Gabriel por me proporcionar momentos de alegria e perceber que diante das dificuldades o sorriso de uma criança nos dá esperança.

Agradeço à vó Júlia que mesmo sem nunca ter tido a oportunidade de ir à escola, me ajudou com sua sabedoria.

Agradeço ao meu irmão Marcelo por sempre acreditar em mim e em minha capacidade.

## **Epígrafe**

*É calor de mês de agosto  
É meados de estação  
Vejo sobras de queimadas  
E fumaça no espigão*

*Lavrador tombando terra  
Dá de longe a impressão  
De losângulos cor de sangue  
Desenhados pelo chão*

*Terra tombada é promessa  
De um futuro que se espelha  
No quarto verde dos campos  
A grande cama vermelha  
Onde o farto das sementes  
Faz brotar de suas covas  
O fruto da natureza  
Cheirando a criança nova*

*Terra tombada  
Solo sagrado chão quente  
Esperando que a semente  
Venha lhe cobrir de flor  
Também minh'alma  
Ansiosa, espera confiante  
Que em meu peito você plante  
A semente do amor  
Terra tombada é criança  
Deitada num berço verde  
Com a boca aberta pedindo  
Para o céu matar-lhe a sede  
Lá na fonte, ao pé da serra  
É o seio do sertão  
A água, leite da terra  
Alimenta a plantação*

*O vermelho se faz verde  
Vem o botão, vem a flor  
Depois da flor, a semente  
O pão do trabalhador  
Debaixo das folhas mortas  
A terra dorme segura  
Pois nos dará para o ano  
Novo parto de fartura*

*Terra tombada  
Solo sagrado, chão quente  
Esperando que a semente  
Venha lhe cobrir de flor  
Também minh'alma  
Ansiosa, espera confiante  
Que em meu peito você plante  
A semente do amor... (José Fortuna)*

## RESUMO

MODA, D. S. C. **Trabalhadores diaristas colhedores de laranja: m estudo de caso à partir do tripé da seguridade social.** 2017. f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis-SP, 2017.

O objetivo desse trabalho é entender os efeitos do êxodo rural na vida dos trabalhadores rurais moradores dos centros urbanos que não possuem vínculo empregatício formal e que vivenciam as diversas formas de Desproteção Social e exploração do trabalho. Os objetivos específicos dessa pesquisa é compreender o êxodo rural, dando ênfase a cidade de Fernandópolis, analisar o Tripé da Seguridade Social e seus direcionamentos, fazer uma análise dos dados coletados através da pesquisa e relacionar com a bibliografia estudada. Partimos de uma análise bibliográfica sobre legislação para compreendermos o Tripé da Seguridade Social e também sobre o capitalismo no campo. Realizamos uma entrevista com uma colhedora de laranja diarista a partir da metodologia de História de Vida, utilizando a técnica entrevista de áudio. Buscamos entender o cotidiano de trabalho dos colhedores diaristas da laranja a partir de um estudo de caso em que a entrevistada relata suas experiências, vivências e dificuldades em meio a um processo histórico de êxodo rural. Estudamos nessa pesquisa a demanda da grande indústria de citrus no interior paulista e seu surgimento, abordando como as grandes empresas lucram com a violação dos direitos dos trabalhadores rurais diaristas. Este é um estudo que parte do pressuposto que a acumulação capitalista se dá através da exploração da mão de obra do trabalhador.

**Palavras-chave:** Êxodo Rural. Tripé da Seguridade Social. Legislação. Trabalhador Rural. Informalidade.

## ABSTRACT

MODA, D. S. C. **Day-labor orange workers: a case study from the social security tripod.** 2017.49 f. Monograph (Graduation in Social Service) - Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fernandópolis Educational Foundation, Fernandópolis-SP, 2017.

The objective of this work is to understand the effects of the rural exodus on the life of rural workers living in urban centers who are not sent to the formal worker and who experience as diverse forms of Social Deprivation and exploitation of labor. The specific objectives of the research are the rural exodus, emphasizing the city of Fernandópolis, analyze the Social Security Tripod and its directions, make an analysis of the data collected through the research and relate to the study bibliography. We start with a bibliographical analysis of legislation for content. Tripod of Social Security and also on capitalism in the countryside. We conducted an interview with a day-orange harvester from the Life History methodology, using the audio interview technique. We seek to understand the day-to-day work of the orange day laborers from a case study in which the interviewee reports her experiences, experiences and difficulties in the middle of the historical process of rural exodus. We study in this research a demand of the great citrus industry in the interior of São Paulo and its emergence, addressing how big companies profit from one of the rural workers' day labor rights. This is a study that starts from the assumption that it is a capitalist accumulation through the exploitation of the labor of the worker.

**Keywords:** Rural Exodus. Tripod of Social Security. Legislation. Rural worker. Informality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRAS	Centro de Referência e Atendimento em Assistência Social
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MT	Ministério do Trabalho
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 O ÊXODO RURAL, LUTAS DE CLASSE E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL</b> .....	15
1.1 Êxodo rural .....	15
1.2 O êxodo rural na cidade de Fernandópolis .....	16
1.3 A luta de classe como forma de garantir direitos, e a expropriação do trabalhador rural.....	17
<b>2.0 O TRABALHADOR RURAL E O TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL</b> .....	21
2.1 Política de Saúde .....	21
2.2 A Política de Assistência Social.....	26
2.3 O direito à Previdência Social .....	28
2.4 A legislação Específica .....	30
<b>3.0 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	32
3.1 Percurso metodológico .....	32
3.2 A escolha do sujeito .....	32
3.3 Classificação e análise .....	33
<b>3.3.1</b> Infância e adolescência.....	40
<b>3.3.2</b> Vida adulta e trabalho .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	45
<b>ANEXO 1</b> .....	47
<b>ANEXO 2</b> .....	48

## **INTRODUÇÃO.**

Estudar as questões de exploração advindas dos colhedores de laranja diaristas moradores da cidade no âmbito do Serviço Social é primordial pois não há muitos estudos acadêmicos nessa temática. Portanto a presente pesquisa, vai abordar o tema, a partir de estudos que enfatizam as contradições do capitalismo. A importância dos movimentos sociais para se entender o processo de lutas e reivindicações de direitos existentes para essa classe de trabalhadores. Discutir a importância dessa temática para entender como aconteceu o deslocamento da população rural para os centros urbanos..

Será abordada nessa pesquisa o êxodo rural e as suas variadas consequências no que diz respeito aos trabalhadores assalariados do campo, que se deslocaram para os centros urbanos, e lá chegando sofreram os variados problemas sociais existentes.

Discutimos sobre o Tripé da Seguridade Social o seu significado e os dois modelos existentes que são os Beveridgiano e o Bismarkiano. Para se falar nos direitos dos colhedores de laranja ao tripé da Seguridade Social, temos que conhecer os objetivos da Seguridade Social, a quem ela atende e seus requisitos.

Direcionaremos nossa reflexão acerca do Tripé da Seguridade Social, analisando a saúde enquanto uma política pública adotada a partir da Constituição de 1988, universal, sem necessidade de contribuição.

Discutiremos acerca da política de assistência Social enquanto um dos pilares do tripé da Seguridade Social, pois sendo que a assistência social é criteriosa, e para quem necessitar, e garante os mínimos sociais.

E por último não menos importante para complementar esse conjunto, está a Previdência Social, tal como um direito para quem dela contribuir, ou através da LOAS, que é destinado à pessoa com deficiência e idosos que não conseguem promover sua subsistência. Faremos uma discussão sobre os desprotegidos sociais, que são indivíduos que não detém de renda para contribuir com a previdência, portanto ficam de fora desse sistema.

Abordamos as consequências e os riscos dos colhedores de laranja ao ser acometido por um acidente de trabalho. E contudo não terem respaldo na previdência.

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa e bibliográfica pautada na metodologia de estudo de caso, tendo como técnica a entrevista gravada, recorrendo as memórias e experiências de uma trabalhadora rural informal, residente na cidade de Votuporanga, na qual trará situações vividas no local de trabalho, e a rotina familiar dinamizada pelo trabalho. Logo

fizemos uma análise dos dados colhidos e associamos à atual situação conjuntural.

O desejo de fazer esta pesquisa surgiu pelo fato de meus pais serem trabalhadores rurais volantes, e sempre percebi no âmbito familiar os problemas, as necessidades e as precariedades que eles enfrentavam no dia-a-dia.

No decorrer dos anos os trabalhadores do campo passaram por numerosas transformações, á partir da década de 60 houve o que chamamos de êxodo de rural. Tal como a chegada da agro – indústria fez com que a maioria dos parceiros, meeiros, arrendatários e posseiros não tivessem condições financeiras para se mecanizar ou adquirir novas técnicas de manejo. Portanto começa aí uma expropriação do trabalhador rural, e com a vinda do Estatuto do Trabalhador Rural, muitos patrões não querendo arcar com encargos trabalhistas, acabavam por demitir os trabalhadores e contratá-los informalmente. E isso se perpetua até mesmo nos dias atuais. A seguir teremos alguns dados demonstrativos para que possamos analisar

Em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal. Esta taxa de ilegalidade ou informalidade está bem acima da taxa geral do país, em torno dos 50,0%. (PME/IBGE, 2013).

No projeto ético político do serviço está certificado de que o nosso compromisso é com a classe trabalhadora, porém ainda é um esforço grande da categoria profissional , fazer os direcionamentos imbricados com a questão agrária. Nesse sentido vou recorrer ao trabalho de Sant’Ana:

O serviço social atua junto às mais diversas expressões do embate da relação capital/trabalho que singularizam em seu cotidiano por meio de mediações histórico-culturais particulares. Ao qualificar a “questão social” como resultado do embate de classe entre capital e trabalho, o serviço social explicita uma proposição política: o seu reconhecimento da existência da luta de classes e suas configurações no atual contexto. (Sant’Ana, 2012, p.148 a 149,).

Recorrendo as leituras e no que diz respeito à questão rural, poderemos verificar os estudos no serviço social sobre a problemática agrária é de suma importância,

Acerca dessas evidências citaremos Sant’Ana:

Na realidade, as particularidades da questão social resultantes do embate de classes advindo das relações capitalistas na agricultura compõem a questão agrária, e a não apreensão das mediações que a constituem irá viabilizar uma análise da realidade à partir do mundo do trabalho. O serviço social vai relacionar com as manifestações singulares resultantes desta problemática como se elas não fossem resultado da luta de classes; o trabalhador será visto a partir da sua condição de usuário, aquele que não tem comida, saúde, habitação, trabalho. (SANT'ANA, 2012, p 152)

No Serviço Social a questão rural se dá no embate das contradições capital/trabalho a problemática das lutas de classes, as expressões subjetivas das expressões da questão social vividas no cotidiano dos trabalhadores rurais e de suas famílias. Desse modo, a temática deste estudo nos leva à problematizar a dimensão da luta de classes e o contexto do êxodo rural reproduzidos na vida dos trabalhadores rurais diárias têm seus direitos violados cotidianamente. Damos ênfase na análise dos problemas de saúde e acidentes de trabalho comuns para os colhedores e colhedoras diaristas que atuam na citricultura. Frente aos baixos salário, problemas de saúde e informalidade, pensando a partir da de tripé da seguridade social.

Para abordamos as questões cernes deste trabalho realizamos uma entrevista com a Sra. Joana, nome fictício trabalhadora diarista da citricultura residente em Votuporanga. A partir dos relatos dessa personagem, da qual nos referenciamos, procuramos adentrar os bastidores da exploração deste grupo de trabalhadores<sup>1</sup>. Um dos tópicos abordados em nossa reflexão é a saúde dos colhedores, pois estão sujeitos aos mais diversos tipos de acidentes de trabalho.

No primeiro capítulo desse trabalho abordamos sobre o êxodo rural e suas consequências, a expropriação dos trabalhadores colhedores de laranja pela grande industria capitalista de citrus e a grande importância dos movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais.

No segundo capítulo discutiremos acerca do tripé da seguridade social enquanto direito dos trabalhadores diaristas colhedores de laranja.

No terceiro capítulo, realizamos um estudo de caso com uma trabalhadora colhedora de laranja diarista usando como método, a história de vida.

---

<sup>1</sup> O quadro teórico-metodológico será mais bem explicitado no capítulo 3 desta monografia.

# **1 ÊXODO RURAL, LUTAS DE CLASSE E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.**

## **1.1 Êxodo Rural**

Com a tecnologia implantada no campo, aconteceu o que chamamos de êxodo rural, houve a necessidade dos trabalhadores e moradores do campo se mudarem para as cidades em busca por melhores condições de vida. As cidades em sua maioria não conseguiram suportar essa leva de população, fazendo com que esses trabalhadores continuem sendo empregados no campo (SILVA,1999).

Na década de 60 houve que chamamos de expulsão dos trabalhadores rurais, tais como: colonos, parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos produtores rurais, estes trabalhadores ora do campo ficaram inviabilizados de continuarem morando no campo, ou seja, não era mais viável, pois os mesmos não possuíam condições financeiras para competir com o grande setor agroindustrial.

A partir dos anos 50, o aumento da produção agrícola vai ocupar o centro do discurso das classes dominantes por meio da ideologia desenvolvimentista que condenava o atraso no campo, a fraca produtividade, os métodos atrasados e a miséria dos trabalhadores. Esse discurso ideológico foi colocado em prática mediante realização de um verdadeiro diagnóstico dos cafezais paulista em 1957, foi realizado pela FAO, CEPAL, e IBC, este estudo é de importância fundamental, porque foi por meio dele que se justificou a intervenção direta do Estado de maneira de produzir e na promoção de mudanças das relações de trabalho. (SILVA apud PAIVA, 1999, p. 62).

Houve grandes transformações no que tange as fiscalizações dos cafezais, uma delas foi a diversificação de culturas e portanto a diminuição da mão de obra abrindo espaço para plantação de pastagens. Segundo Panagides (1969) outro fator primordial para que houvesse a substituição de mão de obra e a substituição de velhos cafezais por novos pés de café, foi a tecnologia implantada no campo, novas técnicas de manejo, fertilizantes, insumos agrícolas, dentre outros.

Quando se trata do estado de São Paulo Stolke apud Silva (1999), disserta que os maiores problemas que levaram ao êxodo rural foram: concentração de terra, erradicação dos cafezais, implantação da pecuária, mecanização etc.

Segundo Silva (1999), este estudo foi primordial, pois mudaram as formas de produzir e também as relações de trabalho, pois as intervenções do Estado deram fim aos cafezais, diversificando a cultura agrícola, expulsando 2,5 milhões de pessoas do campo

paulista. Portanto, nesse mesmo período foram inúmeros acontecimentos: pressões por reformas sociais, trabalhadores rurais organizados. Neste contexto se dá a criação do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural), que estendia as leis trabalhistas aos trabalhadores camponeses e que regulamentava os sindicatos rurais. Assim os trabalhadores rurais passaram a ter direito a um salário mínimo, férias anuais pagas, aviso prévio pela CLT (Consolidação da Leis Trabalhistas), todavia esses direitos permaneceram inertes. Sobre isso buscamos apoio ao que diz o texto de Silva (1999):

Dessa sorte, o empregador é obrigado à pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondente aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles estão despendidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isto é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. (SILVA, 1999, p. 64).

Podemos verificar que o ETR fora criado num momento em que as lutas desses trabalhadores estavam se intensificando, isso pode ser explicado pelo fato de que a lei foi aprovada no governo de João Goulart e sancionada depois do golpe militar de 1964, ou seja uma forma de garantir a manutenção da propriedade privada.

Outro fator primordial foi a exploração sobre os trabalhadores arrendatários, parceiros e colonos, as condições de pobreza no campo eram fortes, no qual dificultavam a sobrevivência no campo. (UBER, 2013).

Em sua maioria os trabalhadores quando recebiam seus salários, haja vista eram descontados no final do mês, pois os mesmos compravam mantimentos nos mercados que eram dos próprios patrões.

## **1.2- Êxodo Rural no município de Fernandópolis.**

Segundo Casari (2006), no município de Fernandópolis os primeiros aparecimentos de êxodo rural se dá ainda que lentamente nos anos de 1960.

O senso Demográfico de 1960 levantou uma população rural para o município de Fernandópolis de 24.157 habitantes, uma população urbana de 16.083, totalizando 40.240 habitantes. Essa década foi marcada por grandes transformações em relação às décadas anteriores. No seu último quinquênio, o processo de modernização da agricultura que ocorria no país provocou mudanças no rural local que se refletiu na dinâmica urbana. (CASARI, 2006, p.53).

Outro fator preponderante foi a introdução do gado de corte na agroindústria, e a vinda

da Nestlé para a cidade de Fernandópolis em 1963, e depois o Frigorífico Vale do Rio Grande em 1969, que até então só havia em São José do Rio Preto. Sobre a modernização na agricultura no Brasil e as políticas de monetarização e as transações econômicas adotadas na década de 70 Casari apud Moreira (2006) disserta:

Foram as mudanças introduzidas por meio da adoção de um novo padrão tecnológico durante o governo de JK (1956 -1961) e, posteriormente, seguido pelos governos militares, que alteraram profundamente as estruturas produtivas industriais, apoiadas no grande capital e na internacionalização. Esse processo buscou, de forma gradativa, uma aliança da burguesia nacional a setores ligados ao grande capital internacional. Na agricultura, foram lançadas medidas pelo governo que provocaram alterações nas formas tradicionais da agricultura, mas não rompeu com a concentração da terra; pelo contrário, favoreceu os setores da burguesia que não tinham o mínimo de interesse em reformas na estrutura fundiária, já que para estes o crescimento econômico da agricultura depende de tais mudanças. (CASARI apud MOREIRA, 2006, p.58)

No município de Fernandópolis isso se deu com a tecnologia implementada ao campo, manejo de técnicas de ordenamento e a expansão do gado de corte. O grande produtor possuía condições econômicas para introduzir em sua propriedade as mudanças. Foi nesse período que o governo anunciou financiamento pelo banco para o campo, e a criação da EMBRAPA ( Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Contudo os pequenos produtores, os meeiros, parceiros e arrendatários, não obtinham condições de adquirir esses benefícios, os produtos produzidos por eles eram vendidos nas cidades para pequenos grupos de pessoas. Sobre esta questão Casari apud Bizelli (2006), faz uma reflexão dizendo que os pequenos produtores não conseguiram acompanhar o desenvolvimento no campo, pois não conseguiram se mecanizarem, não tinham subsídios para comprar produtos de alta qualidade no que tange a tecnologia no campo no município de Fernandópolis, vindo esses à procurarem os centros urbanos como estratégia de sobrevivência.

### **1.3- A luta de classe como forma de garantir direitos e a expropriação dos trabalhadores rurais.**

Ao longo da história podemos destacar que houveram muitos movimentos de luta pela terra, e pelos direitos dos trabalhadores rurais, a conquista de direitos dessa população se deu pela existência desses movimentos sociais. Ou seja foram variadas organizações sindicais que estavam caminhando junto aos trabalhadores rurais no que tange aprovação de direitos dessa

classe de trabalhadores.

Um dos eventos significativos para que acontecessem mudanças foram as manifestações da ULTAB ( União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a qual organizavam os trabalhadores rurais e reivindicaram por melhores condições de trabalho, e o piso salarial de um salário. A criação da ULTAB se deu com o PCB ( Partido Comunista Brasileiro), isso só foi possível após 1954, no qual aconteceu IV Congresso. Nesse ano foi fundada a ULTAB, primeira organização de caráter nacional com a finalidade de unir as mais diversas organizações locais e regionais de trabalhadores e lavradores. A ULTAB foi extinta à partir do golpe que fora ocorrido no Brasil em 1964. (ASSIS, 2000)

A extinção da ULTAB culminou na criação da CONTAG ( Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Portanto a ULTAB teve um papel primordial no quesito sindicalismo rural e a busca por direitos dos trabalhadores do campo. A CONTAG surgiu no ano de 1964 assim que o PCB foi posto à ilegalidade<sup>2</sup>.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), é um movimento muito forte que busca prioritariamente pela reforma agrária. Surgiu em 1984, e desde aí atua paulatinamente pelo direito à terra. O MST é um dos poucos movimentos sociais que visam o direito agrário, que sobreviveu à tanto tempo pois todos os que sugeriram anterior á sua época foram derrubados, principalmente em período conturbado que fora a ditadura militar. Desde sua formação, as conquistas não foram passivas, sempre houve derramamento de sangue para que acontecessem as concessões de terras, principalmente mortes de integrantes do movimento. São totalmente contrários ao modo de produção capitalista em que a riqueza está concentrada nas mãos de poucos, ou seja dos grandes latifundiários, e as formas de manifestarem essas ideias estão na educação permanente politizada que existe para os assentados, está na forma de passeatas, manifestações contrárias aos ideais capitalistas de acumulação ,através de uma ocupação de acampamentos. Contudo podemos entender que o MST é muito importante pois todas aquelas pessoas que outrora lidaram com a terra porém nunca tiveram condições de ter seu pedaço de chão, e que a lida com a terra é parte da vida desse individuo, ele pode estar incluído nesse movimento. Á saber muitos trabalhadores rurais não sabem, ou não tem consciência que o podem fazer (CALDART, 2001)

Com a chegada da indústria do segmento exportador de suco de laranja aconteceu um desequilíbrio das relações de forças de trabalho entre pequenos e médios produtores rurais, e trabalhadores assalariados, pois houve uma dominância de poder da grande indústria. Aconteceu a chamada flexibilização e conseqüentemente a precarização do trabalho dos assalariados colhedores de laranja. Portanto na década de 1980 houve organizações entre os

---

<sup>2</sup> FONTE: <http://www.contag.org.br/> acessado em 15/10/2017.

pequenos produtores de citros, surgindo a primeira greve dos colhedores de laranja e cortadores canavieiros. Pois o contrato-padrão ou de participação estavam atrelado ao preço da caixa de laranja e às cotações internacionais do suco concentrado de laranja, foi um momento em que as exportações de suco de laranja estavam em alta, porém os valores pagos pela grande industria aos produtores e trabalhadores assalariados eram pequenos (ALMEIDA, 2007)

No que se refere a expropriação da mão de obra dos trabalhadores rurais Netto (2011), afirma que o trabalhador produz a parte que cobre o seu salário, e em outra parte o excedente tornando assim a mais-valia do capitalista. Sendo este último donos dos meios de produção.

Quando falamos em trabalhadores colhedores de laranja que atuam na informalidade podemos recorrer novamente ao que diz Netto (2011), sobre o trabalho produtivo e improdutivo, faz –se um juízo de valor ao que diz trabalhador “bom” e trabalhador “mal”, sendo que o trabalhador bom é aquele que é produtivo, ou seja que faz com que ultrapasse os excedente da produção. Segundo Silva, no meio rural o trabalhador mal é aquele que falta muito ao trabalho, que enrola em seu trabalho, ou até mesmo o trabalhador que já é mais velho e conseqüentemente podendo até mesmo estar doente. (NETTO, 2011)

E nesse meio existe a figura dos “gatos” que são os intermediadores para que aconteça a exploração dos colhedores de laranja a nível alarmantes, pois os mesmos fazem a interlocução com os donos de pomares de laranja, os produtores, alegando quais são os trabalhadores bons e os ruins ( SILVA, 1999, p. 84)

Sobre a expansão da citricultura agro-industrial podemos citar o trabalho de Barbosa (2007), onde faz uma explanação sobre a ligação do complexo citricultor com a exploração da mão-obra do trabalhador rural.

A laranja ganhou espaço após 1929 com a queda do café. Contudo na década de 40 com a segunda guerra mundial a laranja sofre uma parada brusca nas exportações. Vindo a ganhar impulso na década de 60 com a chamada “tristeza”, uma geada que ocorreu no estado da Flórida em que destruiu os pomares daquele lugar, foi aí que a exportação de citrus ganhou força novamente, tal como foi em 1963 que surgiu a primeira indústria de citricultura no Brasil.

Nos anos 80 a indústria de suco concentrado estava totalmente voltada ao mercado internacional, principalmente os Estados Unidos. Criando no Estado de São Paulo o que chamamos de Complexo Citricola Paulista o Cinturão Verde da Laranja. (BARBOSA, 2007)

Com a expansão da agro-indústria da laranja surgem também a figura “dos gatos”, que são os intermediadores dos trabalhadores rurais e dos fazendeiros, selecionando os bons colhedores de laranja e os maus. Esses intermediadores recebem a porcentagem de salários à

partir da produtividade dos colhedores (BARBOSA, 2007).

A ETR fez com que muitos produtores de laranja demitissem seus empregados pois não querendo arcar com encargos trabalhistas, veio esses trabalhadores a se mudarem para as cidades em condições sociais vulneráveis. Portanto Barbosa em seu trabalho afirma que os patrões os recontratavam como informais, pois é mais vantajoso, surgindo o exército industrial de reserva dos trabalhadores colhedores de laranja, podendo contratar e demitir quem eles bem entendessem já que sempre haveria um outro trabalhador necessitando de trabalho ainda que na informalidade para substituir (SILVA, 1999).

Os trabalhadores se se sujeitavam a baixos salários e horas exaustivas de trabalho. Todavia dá-se a ideia de que o assalariado diarista é livre, quando na verdade ele está a mercê dos capitalistas, ou seja ele não tem opção de trabalho, ficando sob jugo dos capitalistas. (SILVA, 1999)

Vamos entender sobre o processo de exploração da mão de obra dos colhedores de laranja, nos próximos capítulos através de um estudo de caso, em que a trabalhadora vai relatar sob o dia-a-dia de um colhedor de laranja sob vínculo informal na região de Votuporanga.

## 2 TRABALHADOR RURAL E O TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL.

### 2.1 Política de Saúde.

No Brasil à partir da carta de 1988 intitui-se um sistema de Seguridade Social a previdência passa a compor um sistema único, o da seguridade social; saúde, previdência, e política de assistência social. Sendo que anterior à esse processo a seguridade social é amparada pelo modelo de políticas sociais Bismarkiano que fundou o sistema previdenciário alemão entre 1883 e 1888, no qual visam ao trabalhador segurança em caso de maternidade, funerário e perda do emprego. Nesse sistema as contribuições dependem do funcionário e do empregador. (FREITAS et al apud BOSCHETTI, 2014)

Trata-se de um tipo limitado de proteção social, uma vez que garante direitos somente àquele que contribui mensalmente para a seguridade social e está inserido no mercado de trabalho formal e por vezes informal. Sob esta lógica, só tem acesso aos direitos (salário-maternidade, auxílio doença, pensões, assistência médica) os “segurados” e seus dependentes.

Essa lógica impõe um limite estrutural para seguridade social, pois depende da constituição de um mercado de trabalho. “Este modelo só universaliza direitos sociais se universalizar, igualmente, o direito ao trabalho” (Boschetti, 2008, p. 177). Isso porque ele está condicionado ao acesso do trabalhador a um mercado de trabalho estável que gere contribuição. A previdência social regida pela lógica do seguro foi a forma que o capitalismo encontrou para garantir um mínimo social para os trabalhadores que só dispõem de sua força de trabalho para viver (“não proprietários”).( FREITAS et al, 2014, p.7).

Podemos verificar que nesse sistema previdenciário muitos trabalhadores ficam desamparados pois para se ter os direitos deve se ter o emprego, contudo não há emprego para todos, ou melhor deveria se ter empregos para todos. Portanto vivemos em uma sociedade capitalista competitiva neoliberal, e que muitos estão excluídos do mercado de trabalho.

O segundo modelo é o Beveridgiano, surgiu durante a segunda guerra mundial na Inglaterra. Ele foi fundado à partir de uma lógica não contributiva, e tinha como principal objetivo combater a pobreza, dirigido a todo cidadão independente de contribuições. (FREITAS et al CARIAGA, 2014)

A Constituição Federal dá os direitos e garantias fundamentais, dentre elas os direitos sociais. O trabalho é a base da ordem social, não somente como ordem social vigente, e sim como forma de apropriar-se da riqueza socialmente distribuída. Portanto a Seguridade Social se enquadra como uma Política Pública, independente da lógica de mercado, dever do Estado e direitos dos cidadãos (FREITAS; CARIAGA, 2014)

Acerca da Seguridade Social, Sposati disserta que o seguro social foi implementado no

Brasil na segunda metade do século XX, e que os interlocutores importantes para que esta política pública acontecesse foram os sindicatos dos trabalhadores e empresas. E que a inclusão da política de assistência social na seguridade social foi um marco muito importante no que diz respeito a ampliação dos direitos sociais, fazendo com que o Estado seja responsabilizado no que tange os direitos dos cidadãos, pois o mesmo deixava a cargo das instituições religiosas. (SPOSATI, 2009)

De acordo com Simões (2007) devem ser priorizadas alguns direitos sociais, tal como: Prevenção Sanitária, planos habitacionais, seguro social, educação, comunicação e outras. Tudo isso deve ser promovido através de prestações que são os benefícios como: BPC( Benefício de Prestação Continuada), auxílios pensões, aposentadorias, ou em valores in natura, como cestas básicas e remédios. Os beneficiários são as pessoas que recebem os benefícios (SIMÕES, 2007).

Na Seguridade os serviços que executam, são os recursos humanos e os equipamentos sociais é tudo aquilo que a população usuária podem contar para terem seus direitos válidos (SIMÕES, 2007)

Segundo a LOAS ( Lei Orgânica da Assistência Social): Art. 23. Entende-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem a melhoria de vida da população e cujas ações são voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei. Outro serviço da previdência é a saúde, a mesma é um direito de todos, absoluto, não exige contribuição. A política assistência social é um direito social, embora não seja contributiva é restrita somente a grupos em situação de vulnerabilidade social<sup>1</sup> e riscos pessoais e sociais<sup>2</sup>. (LOAS, 1993)

Segundo Simões são os objetivos principais da seguridade social: Universalidade de Cobertura e Atendimento, refere-se a um conjunto, em que se deve atender todas as pessoas, contudo fazendo as ponderações sociais; a Uniformidade e Equivalência de Prestações, quanto aos valores pagos para a previdência social, devem ser uniformes tanto para a população urbana quanto a rural. (SIMÕES, 2007)

Segundo Simões é o mais complexo de todos , os usuários para terem seus serviços devem comprovar a necessidade, e isso vai contra o principio de equidade, pois sendo assim os desiguais estão sendo tratados já de forma desigual. Pois sendo que a distributividade fixa a abrangência ou a proteção que terão direitos os usuários (SIMÕES, 2007). Já a seletividade visa garantir os mínimos sociais para os cidadãos. Sobre Seletividade e Distributividade na Seguridade Social, Simões apud Santos, disserta:

renda social, a saber: horizontalmente, em decorrência da solidariedade entre cidadãos ativos e inativos; verticalmente, pela transferência do poder aquisitivo de grupos de maior renda para os de menor ou nenhuma renda. (SIMÕES apud SANTOS, 2007, p. 95).

Os que têm maior renda contribuem, os que têm uma menor renda contribuem com valores menores, e os que não possuem nenhum rendimento beneficiam de determinadas prestações. Simões nos alerta que os valores dos benefícios da Seguridade Social não podem ser diminuídos. Somente não haverá problemas com os valores quando a inflação mudar e o valor do benefício continuar o mesmo, não há problemas em reajustar os valores recebidos. Todos os indivíduos são responsáveis pelo custeio da seguridade social, porém de forma proporcional a sua renda (SIMÕES, 2007).

Os custeio da seguridade social se dão pelas contribuições sociais, de um lado são as pessoas que contribuem através de seu trabalho, as empresas que pagam a remuneração, a União, os Estados e municípios com seus respectivos fundos. Os dois primeiros são através de descontos em folhas de pagamentos, que em nosso país favorece empresas transnacionais, e onera pequenas e médias empresas. Contudo na Constituição há distinções nas bases bases de cálculos quanto aos encargos (SIMÕES, 2007).

O direito à Saúde é Constitucional, em 1988 foi declarada como universal, sendo dispensável a contribuição, na Lei Orgânica da Saúde está, e é dever do Estado garantir o seu fornecimento de medicamentos e despesas de tratamento. O SUS é o Sistema Único de Saúde é adequado conforme cada região do Brasil, possui comando único e é descentralizado, ou seja tem várias direções administrativas. Assegura o atendimento integral, independente da doença, e pode vincular-se as hospitais entidades privadas, desde que aliam-se a política do CNS (Conselho Nacional da Saúde). O SUS não deve abranger somente ao atendimento de pessoas doentes, e sim na prevenção de doenças. (SIMÕES, 2007)

Segundo o art. 200 da Constituição Federal as atribuições do SUS:

**Art. 200.** Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (BRASIL, 2014)

### São princípios do SUS Conforme IDEC ( Instituto de Defesa Consumidor, 2003)

- a universalidade, porque deve atender a todos, sem distinções, de acordo com suas necessidades, gratuitamente;
- a integralidade, porque a saúde da pessoa não pode ser dividida, devendo ser tratada como um todo;
- a equanimidade, porque deve oferecer seus recursos de acordo com as necessidades de cada um;
- a descentralização, distribuindo os serviços conforme sua proximidade com o cidadão; assim, todas as ações e serviços, que atendam à população de um município, devem ser municipais; as que servem e alcançam vários municípios devem ser estaduais; as que são dirigidas a todo território nacional devem ser federais ( mas o SUS tem gestor único, em cada esfera de governo, por exemplo a secretaria de saúde de um município, responsável por essa área);
- a regionalização e a hierarquização, porque nem todos os municípios conseguem atender a todas as demandas e, por isso, devem se organizar regionalmente, segundo sua hierarquia funcional, pois as questões menos complexas devem ser atendidas nas UBS, passando pela unidades especializadas, pelo hospital geral, até chegar ao hospital especializado;
- a participação do setor privado, de forma complementar, preferencialmente pelo setor filantrópico e sem fins lucrativos, por meio de contratos ou convênios, sem desvirtuamento da natureza pública dos serviços;
- a racionalização dos serviços, a fim de oferecer ações e serviços de acordo com as necessidades da população e com os problemas mais frequentes em cada região;
- a eficácia e a eficiência, a fim de prestar serviços de qualidade e solucionar as demandas locais, individuais ou coletivas, por meio das técnicas mais adequadas, a realidade local e a disponibilidade de recursos, eliminando o desperdício e zelando para que os recursos públicos sejam gastos da forma mais produtiva possível;
- a participação de todos os segmentos da população local envolvidos com o sistema, a saber, o governo local, usuários, comunidades, hospitais, prestadores de serviços e trabalhadores da saúde, por meio de conselhos e conferências de saúde paritários e deliberativos, quanto à política local. (BRASIL, 2003, pág.13 e 14)

É de suma importância que esses princípios venham ser seguidos pois é através desses que os atendimentos em todos os setores do SUS possam acontecer de forma abrangente e os serviços sejam realizados com qualidade aos usuários.

Com relação aos direitos dos usuários do SUS, citaremos a cartilha do SUS- IDEC:

- Ter acesso ao conjunto de ações e serviços necessários para a promoção, a proteção e a recuperação da sua saúde.
- Ter acesso gratuito, mediante financiamento público, aos medicamentos necessários para tratar e restabelecer sua saúde.
- Ter acesso ao atendimento ambulatorial em tempo razoável para não prejudicar sua saúde.
- Ter à disposição mecanismos ágeis que facilitem a marcação de consultas ambulatoriais e exames, seja por telefone, meios eletrônicos ou pessoalmente.
- Ter acesso a centrais de vagas ou a outro mecanismo que facilite a internação hospitalar, sempre que houver indicação, evitando que, no caso de doença ou gravidez, você tenha que percorrer os estabelecimentos de saúde à procura de um leito.

Ter direito, em caso de risco de vida ou lesão grave, a transporte e atendimento adequado em estabelecimento de saúde capaz de receber o caso independente de seus recursos financeiros. Se necessária, a transferência somente poderá ocorrer quando seu quadro de saúde tiver estabilizado e houver segurança para você.

Ser atendido, com atenção e respeito, de forma personalizada e com continuidade, em local e ambiente digno, limpo, seguro e adequado para o atendimento.

Ser identificado e tratado pelo nome ou sobrenome e não por números, códigos ou de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.

Ser acompanhado por pessoa indicada por você, se assim desejar, nas consultas e exames, durante trabalho de parto e no parto.

As crianças e os adolescentes têm direito de estar acompanhados, por tempo integral, inclusive durante internação.

Identificar as pessoas responsáveis direta e indiretamente por sua assistência, por meio de crachás visíveis, legíveis e que contenham o nome completo, a profissão e o cargo do profissional, assim como o nome da instituição.

Ter autonomia e liberdade para tomar as decisões relacionadas à sua saúde e à sua vida; consentir ou recusar, de forma livre, voluntária e com adequada informação prévia, procedimentos diagnósticos, terapêuticos ou outros atos médicos a serem realizados.

Se você não estiver em condição de expressar sua vontade, apenas as intervenções de urgência, necessárias para a preservação da vida ou prevenção de lesões irreparáveis, poderão ser realizadas sem que seja consultada sua família ou pessoa próxima de confiança. Se, antes, você tiver manifestado por escrito sua vontade de aceitar ou recusar tratamento médico, essa decisão deverá ser respeitada.

Se desejar, uma segunda opinião ou parecer de outro profissional ou serviço sobre seu estado de saúde ou sobre procedimentos recomendados, em qualquer fase do tratamento, podendo, inclusive, trocar de médico, hospital ou instituição de saúde. Participar das reuniões dos conselhos de saúde; das plenárias das conferências de saúde; dos conselhos gestores das unidades e serviços de saúde e outras instâncias de controle social que discutem ou deliberam sobre diretrizes e políticas de saúde gerais e específicas.

Ter acesso a informações claras e completas sobre os serviços de saúde existentes no seu município. Os dados devem incluir endereços, telefones, horários de funcionamento, mecanismos de marcação de consultas, exames, cirurgias, profissionais, especialidades médicas, equipamentos e ações disponíveis, bem como as limitações de cada serviço.

Ter garantida a proteção de sua vida privada, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações sobre seu estado de saúde, inclusive diagnóstico, prognóstico e tratamento, assim como todos os dados pessoais que o identifiquem, seja no armazenamento, registro transmissão de informações, inclusive sangue, tecidos e outras substâncias que possam fornecer dados identificáveis.

O sigilo deve ser mantido até mesmo depois da morte. Excepcionalmente, poderá ser quebrado após sua expressa autorização, por decisão judicial, ou diante de risco à saúde dos seus descendentes ou de terceiros.

Ser informado claramente sobre os critérios de escolha e seleção ou programação de pacientes, quando houver limitação de capacidade de atendimento do serviço de saúde. A prioridade deve ser baseada em critérios médicos e de estado de saúde, sendo vetado o privilégio, nas unidades do SUS, a usuários particulares ou conveniados de planos e seguros saúde.

Receber informações claras, objetivas, completas e compreensíveis sobre seu estado de saúde, hipóteses diagnósticas, exames solicitados e realizados, tratamentos ou procedimentos propostos, inclusive seus benefícios e riscos, urgência, duração e alternativas de solução.

Devem ser detalhados os possíveis efeitos colaterais de medicamentos, exames e tratamentos a que será submetido. Suas dúvidas devem ser prontamente esclarecidas.

Ter anotado no prontuário, em qualquer circunstância, todas as informações relevantes sobre sua saúde, de forma legível, clara e precisa, incluindo medicações com horários e dosagens utilizadas, risco de alergias e outros efeitos colaterais, registro de quantidade e procedência do sangue recebido, exames e procedimentos efetuados. Cópia do prontuário e quaisquer outras informações sobre o tratamento devem estar disponíveis, caso você solicite.

Receber as receitas com o nome genérico dos medicamentos prescritos, datilografadas, digitadas ou escritas em letra legível, sem a utilização de códigos ou abreviaturas, com o nome, assinatura do profissional e número de registro no órgão de controle e regulamentação da profissão.

Conhecer a procedência do sangue e dos hemoderivados e poder verificar, antes de recebê-los, o atestado de origem, sorologias efetuadas e prazo de validade.

Ser prévia e expressamente informado quando o tratamento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa, o que deve seguir rigorosamente as normas de experimentos com seres humanos no país e ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do hospital ou instituição.

Não ser discriminado nem sofrer restrição ou negação de atendimento, nas ações e serviços de saúde, em função da idade, raça, gênero, orientação sexual, características genéticas, condições sociais ou econômicas, convicções culturais, políticas ou religiosas, do estado de saúde ou da condição de portador de patologia, deficiência ou lesão preexistente.

Ter um mecanismo eficaz de apresentar sugestões, reclamações e denúncias sobre prestação de serviços de saúde inadequados e cobranças ilegais, por meio de instrumentos apropriados, seja no sistema público, conveniado ou privado. Recorrer aos órgãos de classe e conselhos de fiscalização profissional visando a denúncia e posterior instauração de processo ético disciplinar diante de possível erro, omissão ou negligência de médicos e demais profissionais de saúde durante qualquer etapa do atendimento ou tratamento. (BRASIL, 2003)

## 2.2- A Assistência Social

A Assistência social é uma política pública, e um direito social. Foi instituída pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sobre a assistência social no Brasil Simões relata:

A assistência social, pela primeira vez em sua história, erigida como uma das três instituições políticas fundamentais da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social. Esse fato expressa a superação do conceito de assistencialismo, da filantropia e da benemerência social, para a profissionalização da atividade pública não somente no atendimento às necessidades básicas da população pobre e carente, como e sobretudo no processo de reinserção social, pela reconstituição das relações familiares, pela habilitação e reabilitação profissional e por programas e projetos de enfrentamento da pobreza. (SIMÕES, 2007, p.. 172).

Ao contrário da saúde, que é universal e da previdência que é restrita aos segurados, a assistência social tem dimensões definidas. É um direito que não depende de contribuição. Confere direitos de cidadania e compete ao Estado de assegurar ao usuário condições para as necessidades básicas, que lhes definem os mínimos sociais. Partindo da territorialização e das necessidades populacionais. (SIMÕES, 2007, pág.172)

A assistência social está garantida no art. 203 da Constituição Federal:

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Esses direitos só foram firmados após a aprovação da LOAS, sobre isso podemos recorrer ao que diz Guimarães:

Porém, é possível afirmar que, mesmo após ser garantida enquanto um direito social e ter seus objetivos expostos na Constituição Federal de 1988, encontrou resistência por parte do Governo Federal para ser regulamentada e então inserida no campo das políticas sociais do Estado, tanto que o caminho por essa regulamentação iniciou-se no governo de Sarney, perdurou pelo governo de Collor, sendo efetivada apenas no governo de Itamar Franco. O projeto-lei que instituía a LOAS tramitou por mais de dois anos até que fosse aprovado. (GUIMARÃES, 2015, p.53)

Segundo Guimarães o debate e as mudanças ocorridas no âmbito da assistência social só foram possíveis devido aos estudos e reivindicações de lutas de assistentes sociais e acadêmicos do serviço social (GUIMARÃES, 2015).

Com base no destaque trazido pela autora podemos identificar que há muito o que se pensar nesta categoria de trabalhadores, já que em nosso trabalho é de primazia visar os direitos da classe trabalhadora:

III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda

sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (Código de ética das/os Assistentes Sociais, 1993, p.23)

Quando se trata do serviço social e a questão agrária Sant'Ana disserta:

A relação entre questão agrária e social não é algo que a profissão tenha conseguido produzir grandes acúmulos teóricos, isto está expresso na forma restrita como a questão agrária é entendida nos congressos da categoria: são apenas as manifestações de problemáticas explicitamente do meio rural; os periódicos especializados de serviço social quase não tem artigos que tratam do modelo de desenvolvimento agrário ou dos movimentos sociais rurais.

Outra evidência desta dificuldade de apreender a mediação entre questão agrária e serviço social é que as pesquisas que tratam de temática agrária e serviço social é que as pesquisas que tratam de temática agrária raramente tratam do serviço social; mesmo a profissão tendo um caráter eminentemente interventivo, as publicações sobre este tema enfocam resultados de pesquisa e só ocasionalmente trazem relatos de experiências nesta área. (SANT'ANA, 2012, p.151)

As dificuldades da não apreensão do profissional assistente social sobre a questão agrária como particularidade da questão social faz com as (os) profissionais não destaquem o vínculo empregatício ou a ocupação dos usuários, ou darem visibilidade a este aspecto, pois o trabalhador rural é um dos principais usuários da assistência social. (SANT'ANA, 2012)

Sobre a assistência Freitas et al Cariaga dissertam que: a seletividade da assistência é para quem dela necessitar, ou seja, se o individuo não se enquadra nos critérios, para tanto teremos os socialmente desprotegidos, que não possui renda suficiente, pois a seguridade não protege os indivíduos que estão em idade reprodutivas, que não contribuem por falta de trabalho ou de renda. (FREITAS et al CARIAGA, 2014)

## 2.2 Direito à Previdência Social

A Previdência Social está organizada em dois regimes jurídicos, que estão engendrados nos arts. 201 e 40 da Constituição Federal:

**Art. 201.** A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (BRASIL, 1988).

Essas leis são vigoradas para os trabalhadores nos setores privados (CLT) e as demais modalidades. Existe outro artigo na Constituição para o regime previdenciários dos funcionários públicos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (BRASIL, 1988).

Embora esteja na Constituição Federal enquanto um direito universal, está condicionada a determinadas classes sociais, tal como para se ter o benefício, é necessário a contribuição. Sendo assim acaba por excluir uma grande parcela da população. Após a criação do Instituto Nacional de Seguridade Social, foram competidos a promoverem as arrecadações, fiscalizações e cobranças das contribuições sociais e receitas destinadas a previdência social. Segundo Simões (2007), os benefícios previdenciários pagos pelos INSS aos segurados ou dependentes, são:

Auxílio- doença: benefício pago pelo INSS quando o beneficiário se tornam incapazes para o trabalho, por doença ou acidente, contudo o beneficiário deve ter contribuído por pelo menos 12 meses, os primeiros 15 dias são pagos pela empresa, e após esse período a doença insistir, a previdência passa a pagar o auxílio;

Aposentadoria por invalidez: benefício pago ao segurado quando através de perícia médica for constatado incapacidade para o trabalho, e que não há uma possível reabilitação para qualquer atividade remunerada. Deve-se ter contribuído a pelo menos 12 meses para ser beneficiário;

Aposentadoria por idade: benefício concedido aos segurados quando os mesmos atingem 65 (homens) ou 60 anos (mulheres), tendo exclusivamente 180 contribuições;

Aposentadoria por tempo de contribuição (proporcional ou integral): quando se completa 30 anos de contribuição, com 53 anos de idade o (homem), ou 25 anos de contribuição, com 48 anos de idade a (mulher), o segurado. Se tiver cumprido com 180 contribuições;

Aposentadoria especial: o segurado que contribuiu por 25 anos, exclusivamente em condições especiais de insalubridade, terá direito de aposentar-se a 100% de seu salário, desde que cumprida a carência de 180 contribuições;

Pensão por morte: benefício pago aos dependentes do segurado à partir da data de seu

falecimento. A pensão pode ser vitalícia ou temporária, Vitalícia é o benefício concedido até o falecimento, temporário até os 21 anos completos. A pensão por morte é paga aos dependentes, sendo eles cônjuge, companheira (a), filho (a). Companheiros (as) que comprovem união estável com o segurado. (SIMÕES, 2007)

Salário- família: benefício mensal pago ao empregado ou aposentado é a proporção do números de filhos, tutelados e enteados com até 14 anos de idade. Os valores de salários em 2017 para adquirirem o direito são, Faixa 1- Até R\$ 806,80 a cota é de R\$ 41,37, Faixa 2 – Entre R\$ 806, 81 e R\$ 1.212,64 a cota é de R\$ 29,16. Esses valores são pagos para cada filho<sup>3</sup>.

Salário – maternidade: devido à empregada gestante no valor de seu salário integral, durante 120 dias, contar do 28º antes da data do parto. A carência se dá à partir de 10 contribuições mensais. É também dado o benefício de licença- maternidade em situação de guarda ou adoção, aborto não criminoso é dado a licença de dois meses, após seis meses de gestação já caracteriza como parto, 120 dias, se criança tiver até 1 de idade, 60 dias, se a criança tiver 1 a 4 anos de idade. 30 dias, se a criança tiver de 4 a 8 anos de idade. (SIMÕES, 2007)

Auxílio- reclusão: auxílio pago aos dependentes do preso, proporcional ao seu salário a renda não pode ultrapassar R\$ 1.292,43 que é o previsto pela legislação atualmente atualizado ao ano 2017. Não é exigido um tempo mínimo de contribuição, apenas que o segurado na data de sua prisão deve estar em dia com sua contribuição. O benefício é suspenso se o segurado fugir da prisão. Os dependentes devem apresentar trimestralmente as declarações de que o segurado continua preso. Se o o segurado vier a falecer na prisão, automaticamente o benefício se torna em pensão por morte ( Site da Previdência Social, 2017)

## **2.4 A legislação específica aos trabalhadores rurais.**

O direito de segurado aos trabalhadores rurais como está nos moldes atuais, aconteceu somente com a Constituição Federal de 1988 em que no art. 195§8º está inserido:

O produtor, parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social

<sup>3</sup>FONTE: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/salario-familia/> acessado em 20/10/2017.

mediante uma aplicação de alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.(BRASIL, 1988).

Para requerimento da aposentadoria rural é necessário que mulheres tenham 55 anos de idade, e homens 60 anos, o acesso ao benefício previdenciário na condição de segurado especial demanda comprovação específica, por parte dos trabalhadores rurais, do exercício efetivo de ati, termos do art. 201, § 7º, II, da Constituição Federal. Tal prazo está fixado em 180 meses ou 15 anos. ( VALADARES; GALIZA, 2016)

Quanto a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais Valadares apud Berwanger (2016), discute que há um grande número de trabalhadores rurais que acabam por entrarem na justiça por reivindicação de aposentadoria isto se deve ao fato de os trabalhadores estarem atuando junto à informalidade, sendo assim os trabalhadores devem juntar provas de notas fiscais, dentre outras documentações e testemunhas que comprovem os anos de trabalho rural. ( VALADARES; GALIZA, 2016).

No que tange aos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais e os perigos do agronegócio, Sant'Ana nos disserta

Os custos do agronegócio trazem uma problemática que envolve direitos humanos, mas que rebate, também, no âmbito econômico como é o caso da questão previdenciária. A precarização do trabalho traz uma condição de vida precarizada e os trabalhadores rurais assalariados constituem-se como um dos segmentos mais vitimados pelo capital neste ramo de atividade. As estatísticas populacionais brasileiras que apontam para a vitimação dos jovens, via de regra, não computam os da área rural que estão perdendo sua condição para o trabalho que chegam aos 30 anos de idade com graves sequelas na saúde, muitas vezes, sem condições para continuar trabalhando e sem amparo previdenciário; a destruição da juventude que se constitui como força de trabalho para atividade canavieira é legalizada e camuflada com discurso de modernidade, porém mais uma violação dos direitos humanos impingido pelo capital. ( SANT'ANA, 2012, p.58 e 59)

O processo de adoecimento dos trabalhadores rurais está acontecendo cada vez mais rápido, é de extrema urgência que estes venham ser amparados pelo Instituto Nacional de Previdência Social, pois fazendo assim terão seus direitos revogados no tange, acidentes de trabalho, aposentadorias, licença- maternidade entre outros.

### **3- VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO**

#### **3.1 Percurso Metodológico**

A metodologia usada neste estudo de caso é o método de história de vida, através da técnica de entrevista. Segundo Denzi apud Minayo (1992) há dois tipos;- a história de vida completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida; a história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão.

Na pesquisa utilizamos o primeiro método, pois acreditamos que para compreendermos o hoje, e as tomadas de decisões dos sujeitos, sua vida presente e trajetórias, temos que voltar ao passado, e entendermos as relações que foram criadas, anteriormente, questões sociais que estavam no envolvimento desses sujeitos.

Acerca da abordagem do método qualitativo Minayo disserta:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.22)

#### **3.2 A escolha do Sujeito**

O sujeito escolhido é a senhora Joana, 59 anos de idade, moradora da zona urbana de Votuporanga, viúva, mãe de dois filhos que já são casados, mora sozinha. Etnia Branca, alegou ser católica, contudo, não frequenta a igreja. Estudou até o primário, é aposentada, entretanto ainda trabalha na colheita da laranja pois com o salário que recebe ao mês, não dá para subsidiar os gastos mensais básicos. Possui aposentadoria de um salário mínimo de 937,00 reais, e quando há emprego na colheita da laranja e que o pomar está “bom” a mesma alega ganhar 800,00 reais por mês, todavia não são todos os meses do ano que isso que acontece. A casa que mora é própria, era a casa que morava com seus pais na infância e adolescência. O vínculo de trabalho atualmente é informal.

Fora a única trabalhadora que aceitou participar da pesquisa, haja vista que os problemas expostos pela mesma é a realidade vivenciada por inúmeros trabalhadores (as) rurais da região. A justificativa na escolha da entrevistada se deu por eu ter uma proximidade com a mesma, uma vez que existe uma relação de conhecimento prévio sobre a sua história particular. Foram feitas as entrevistas com o gravador, tendo como local a casa da trabalhadora rural. Busca-se através da entrevista gravada compreender a história de vida da

participante , como se deu a sua introdução ao trabalho rural.

### 3.3 Classificação e Análise.

#### 3.3.1 História de Vida

Joana veio a morar na cidade de Votuporanga, aos 8 anos de idade, antes disso morava no campo, sua família era composta por ela e mais 5 irmãos sendo duas irmãs e três irmãos. Seu pai faleceu quando a mesma tinha 4 anos, portanto não tem lembranças de seu pai biológico, após dois anos sua mãe casou-se novamente, e seu pai de criação era muito bonzinho para com ela e seus irmãos.

Sobre ser criança morando na cidade a entrevistada fala que sempre trabalhou, ou seja que não tinha tempo de brincar, contudo relata sobre uma das alegrias de infância recordadas entre ela e seus irmãos:

*Ser criança (...) nós toda vida trabaiô (...) nós ia pá iscola, e ia ali na sambra, e lá tinha uma usina de algodão, nós ia pegá um argudão que a firma jogava, eles aproveitava uns algodão lá dentro, e jogava o resto, e nós ia lá, e na vizinhança tinha uns 8 ou 9 crianças que ia. A minha mãe, a vizinha aqui do lado, muita gente aqui ia, nós ia catá aqueles argudão tudo cheio de terra, nós cuava numa peneira de café, tirava tudo a terra.*

*Punha um saco na cabeça, trazia pra casa. Quando a gente tinha uns 30, 40 saco dentro de casa, nós ia na fábrica de sofá, porque colchão e sofá era de argudão. Nós ia na fábrica de sofá, chamava u o home e ele vinha comprá, aí ele pesava aquelas sacarias de argudão, e quando nóia via aquele dinheiro, pra nós aquilo era uma festa né (...) nós trabalhô, nós tinha o dinheiro pra comprá doce(...) pra nós era um divertimento (...)*

Quando é questionada acerca da escolarização, sobre a oportunidade de estudar, Joana relata que estudou até o 4º ano, seu irmão até o 2º ano, e com muitas dificuldades, pois tinham que trabalhar, a escola não ficava longe de sua residência. Contudo a renda familiar era muito baixa, a mãe possuía muitas varizes nas pernas e não podia mais trabalhar, sendo assim todos os filhos tinham que atuar na lavoura.

*Não(...) não (...) não teve, porque não tinha condição(...)*

*Num tinha condição era até a quarta série na marra, meu irmão fez até o segundo ano, porque não dá mais, tinha que trabaiá pra ajudá a casa. Nós ia pá escola de manhã (...) mei dia nós vinha (...) ia catá argudão de meio dia pá tarde.*

*Naquele tempo tinha diploma (...) que eu tenho diploma de quarta série (...) Nós ia estudar de manhã (...) meio dia nós ia lá trabaiá (...) nós ia sábado (...) nós ia domingo (...)*

*Nóis cumpremo um lote, ali embaixo pra minha mãe (...) pagava as parcelas de 50 cruzeiro por mês. Nós paguemo 400 conto num lote.*

Quando pergunto a idade que começou à trabalhar, Joana responde que desde cedo, pois naquele tempo não havia outra escolha para quem era de família pobre, sendo que através do trabalho precoce aconteceu um acidente fatal na volta da “roça” vitimando a irmã caçula de apenas 13 anos de idade, faz uma ressalva acerca da precariedade do transporte que eram submetidos os trabalhadores rurais naquele período:

*A fia (...) eu tinha 7 anos (...) e não guentava com a enxada (...) tinha que trabaia (...) porque naquele tempo eu tinha que trabaia!*

*A minha irmã morreu num acidente de trem com 13 anos de idade (...)e eu tinha 14(...) ali num cruzamento da linha de trem, aqui em Votuporanga.*

*Nóis tava trabalhando, ela morreu em 1974, nós tava vindo da roça, e o home foi atravessar o caminhão na linha do trem, e todo mundo começou gritar, e o trem tava saindo da estação, e não tinha como freiar, ia pegar o caminhão, e a turma começou gritar, e ela pulou(...) caiu dentro da linha do trem, e o trem matou(...) e eu assisti, tudo de perto(...)*

*Minha mãe tava lavando roupa, eu tava no caminhão, porque eu tava lá na roça trabalhando, meu padrasto passa lá porque ele foi na minha irmã no sítio, deixou esse menino mais pequeno comigo porque só ele é fio do meu padrasto, nós cinco é fio do meu pai, ele é fio do meu padrasto(...)mais como ele é muito apegado comigo, meu padrasto passou lá de bicicleta, e ele quis ficar na roça comigo, meu padrasto deixou e veí embora de bicicleta. Nói vem de tarde, tava ele, eu, minha irmã e meu tio que era o fiscal da turma, tudo nesse caminhão, e o home chega lá de tarde com esse caminhão.*

*Caminhão véi, com pneu careca, caminhão sem breque, caminhão com a carroceria tudo quebrada e muita gente em cima desse caminhão.*

*Porque antigamente colocava um pau no mei do caminhão, aí ia gente pra lá, e prá cá sigurando nesse pau, a hora que o caminhão fazia a curva, todo mundo tombava, teve veiz daquele pau quebrá, e despejar muita gente pro chão (...)*

Quando Joana fala á respeito de suas condições financeiras diz que tudo era muito difícil, que o dinheiro que ganhavam davam pra comprar o básico em alimentação:

*Ah fia as coisa era muito curta (...) As pessoas naquele tempo (...) a gente comprava cumida por quilo. Existia um saquim de papel assim (...) se ia na venda, se num comprava um pacote de arroz de cinco quilo(...) quem comprava um pacote de cinco quilo de arroz era rico(..)!*

*Se ia lá na venda e falava pro home assim: Me dá meio quilo de feijão? Você trazia um tantinho assim (...) e sê trazia aquilo pra cozinha. Aí se ia lá se num comprava um litro de óleo, se comprava duzentos e cinquenta gramas de óleo. Sê chegava com uma vazia (...) e falava: me dá meio de litro de óleo aí!*

*Não tinha luz elétrica, quem tinha um fogão a gás era rico, quem tinha televisão era rico tamém (...)*

Joana casou-se com 17 anos, teve seu primeiro filho com 18 anos, após o nascimento dos filhos disse que sua vida não mudou em nada, pois não tinha com quem deixar a filha

pequena pra ir trabalhar, a única pessoa disposta a cuidar sogra. Alegou que a sogra não cuidava bem, bebia o leite da criança, as roupas que a filha sujavam eram devolvidas da mesma forma. Quando seu filho mais novo nasceu, a mais velha tinha 12 anos.

*Casei com dezessete anos(...) com dezoito anos eu já era mãe!*

*Pra mim continuou a mesma coisa(...) naquele tempo, não tinha creche, como a gente era pobre (...) e tinha que trabaia, a minha mãe oiava, a minha irmã oiava ou sê pagava pá uma pessoa oiá, era uma criança, então se continuava trabaiano a mesma coisa. Do segundo filho (...) a mais velha tinha doze ano, ela já conseguia dá conta dele.*

Quando foi questionada acerca do registro em carteira, Joana alegou que atualmente trabalha sem registro, e que na cidade de Votuporanga não há trabalhadores na colheita de laranja com registro. De cinco pessoas que levam para a colheita de laranja, somente um faz contratos com registros.

*Não... roça não tem registro, registro de roça a maioria é só pras usinas. Tem um ônibus aí que tá levano registrado... que eu conheço aqui de Votuporanga tem um só que tá levano registrado...*

*Aqui de votuporanga existe uns cinco que leva pra laranja, e desses cinco, só um que tá levano registrado (...) um que mora na estação ali (...)*

Questionada como a mesma conseguiu o direito a aposentadoria, Joana respondeu:

*Aposentei por idade rural(...) não tem registro (...) porque trabaiaidô rural é avulso(...) simprimente cê tem que levar as tistimunhas constando que sê trabaia tudo aqueles ano na roça (...) aposentei dentro dum tribunal (...) dentro dum fórum(...)*

Joana sobre o seu dia-a-dia e as dificuldades enfrentadas cotidianamente enquanto uma trabalhadora rural, a mesma disse que o trabalho é cansativo, exaustivo, não há reconhecimento, os salários é muito pequeno, não acompanha a inflação. Faz um desabafo alegando que todos os produtos que consumimos, são extraídos do meio rural, que seu trabalho é de suma importância para a sobrevivência das pessoas. Contudo não há um incentivo concreto no que diz respeito aos seus direitos. Relata que o trabalho é sub-humano:

*Ah minha fia (...) a minha rotina quando to trabaiano é levantá quatro da manhã(...) vou arrumá minha comida, pô água na minha garrafa, trocá de ropa, cinco e meia to na porta da minha casa, esperando a condução, ele vai passar seis e meia, mais cinco e meia eu to ali... porque é meu costume, eu posso esperar ele,*

*mais ele não pode me esperar(...) Dos ano que eu me intendo por gente, eu nunca perdi uma hora de trabaiá na minha vida.*

*Antigamente pegava o caminhão na pracinha ali embaixo, lá parecia 20 caminhão pra pegar a turma, cada caminhão tinha sua turma pra levá. Tudo aquilo acabô (...) hoje ficou poca gente trabaiano na roça (...) Uma que nós da roça é a pessoa que tem menos valor no mundo (...) a turma da roça, é(...) nói num tem valor(...)*

*Eu agradeço a roça sim(...) eu tirei minha casa da roça(...) o que desanima a gente(...) é que dez anos atrás, sê pagava, 20 conto um talão de luz(...)*

*Sê pagava cinco conto um pacote de arroz... nós panhava laranja a um real (...) hoje nói paga duzentos num talão de luz(...) vê nós panha laranja a um real de novo(...) isso disanima a gente demais(...)*

*Pra nós da roça (...) nós não pode comparar o nosso salário (...) tudo que nós faiz é pesado, ali na mesma hora que tamo com o corpo quente, nós toma uma chuva, nós pega uma gripe, uma promunia, nós cai da escada machuca, uma hora um machuca a perna, uma hora m estrepa o braço, é arriscado tudo... roça é tudo arriscado... tudo é perigoso... então pra nós viver mais ou menos... nós não pode comparar nosso salário com noventos e trinta e sete que é um salário. Nós tinha que ganhar mais, porque nosso serviço é dobrado, nós tá no sol quente o dia inteiro, nós passa da hora de comer, come comida fria, talvez vai beber a água cedo geladinha, só que toda hora cê vai bebendo, a garrafa vai abrino, vai entrano ar a água vai esquentano, lá prumas duas horas, ninguém tem água fria mais(...) as garrafas tão fervendo, uma garrafa de seis litro de água não dá (...)*

*Tem vez que a gente sai da roça as quatro meia, tem veis que a gente sai cinco hora... e tem vez... que já chegou vez da gente chegar aqui dez e meia da noite (...) talvez chega um caminhã pra carregá (...) ano passado nós tava em Santa Fé do Sul, nós carreguemo dois caminhão de laranja, cheguemo aqui dez hora da noite (...) porque tinha que carregá o caminhão (...)*

*Nós já foi em Mira Estrela perto do Rio Grande, nós já foi perto de Santa Fé do Sul, nós já foi em Estrela d' Oeste, Macaubal, Sebastianópolis, pra lá de Tanabi, perto de Américo de Campo, perto de Cardoso, então não tem (...) aonde eles consegui a lavoura, e falá é lá (...) se você quisé ganhá teu pão (...) nós vai tê quê i (...) não importa a distância se você quisé comê teu arroz (...)*

*Isso aí é a rotina da roça (...) é a rotina da minha vida (...)*

A respeito da fiscalização nas fazendas de laranja, a trabalhadora rural relatou que aconteceu variadas vezes. Portanto relata que passara por situações humilhantes, contudo alega com orgulho que todas as vezes que estava na lavoura, e não foi pega. Para se esconder da fiscalização ela (trabalhadora), e seus companheiros ficaram horas sem se alimentarem. Disse que ninguém quer ir trabalhar registrado, porque com registro em carteira o valor da caixa de laranja é menor, entretanto não compensa, pois não dá pra sobreviver, e sem registro, o valor da caixa de laranja é maior.

*Já teve vez do empreiteiroa ligar e falar(...) ó tira a turma da roça (...) porque tá tudo sem registro (...) nóiz panha laranja á um real a caixa, aí nós tava ali a dois real a caixa... mais aí o que acontece, se você for registrado é setenta centavos a caixa, eles qué que registra (...) ninguém qué (...)*

*Agora não dá procê sobrevivê a dois real (...) quanto mais setenta centavo, sê tá intendendo? Então ninguém qué (...)*

Joana relata um fato que ocorreu na plantação de cana-de-açúcar na região, diz que o trabalho é muito difícil, sub-humano, sendo que foi em dia de trabalho na plantação de cana que aconteceu uma das fiscalizações do Ministério do Trabalho. E neste dia Joana, estava responsável por vigiar a turma. Em sua fala diz que os trabalhadores tem muito medo de complicar a vida dos empreiteiros e dos fazendeiros, pois uma vez que a fiscalização pega sem registro, a multa é um valor muito alto.

*(...) nóiz prantava trêiz quatro caminhão pra almoçá na hora que nóiz tava no quarto caminhão, nóiz ia almoça, aí ela ligou pra nóiz... ela ligou pramim (...) porque ela tinha o número do meu celular, e eu se dava muito bem com ela, ela tinha confiança em mim de óia a turma alguma coisa. Óh manda escondê o caminhão perto dum cerradim, manda escondê o caminhão, escondê a turma (...) que o fiscal tá cheganu(...)*

*O fiscal geral de tudo quanto é roça ( MINISTÉRIO DO TRABALHO), pra pegar sem registo (...)*

*Aí quando chega pegá a fazenda paga uma murta muito grande, que tá tudo sem registo, então, a fazenda paga uma murta muito grande, aí a fazenda era muito grande muitos arqueiro de terra e cana que nós tava plantano, nóiz terminemo aquele caminhão, nóiz entremo dento do mato desse cerrado, com fome (...) o caminhão se escondeu numa estradinha lá embaixo, e o dono do ônibus que eu trabaiava com ele tava cumas muié lá pro Oto lado (...) por dia (...) retampano, o trator tampa, mais fica sempre um pedacim de cana pra fora e num pode ficar... aí eles vão com a enxada tampano aquele pedaço... E chega lá e pega a turma lá ( indignada)... aí umas muié foi atravessar a cerca assim (...) chegaro lá e pegaro.*

*Aí a muié falo pra mim: oh seis só sai daí a hora que eu ligá falando que o fiscal foi embora...*

*Pego a turma lá... mais nóiz ele num pego ( satisfação). Não sei se naquele tempo pago foi seis mil...*

*Treiz hora da tarde nóiz saiu de lá.. já num tinha nem fome mais... aí nós viu a condução saindo da fazenda, e tava ino embora, nóiz chega lá, nóiz almoço, prantemo mais um caminhão, nóiz prantava oito, nove caminhão por dia, prantemo cinco e viemo embora, ganhemo cinquenta conto.*

*No Oto dia, nóiz vai pá roça di novo, nóiz teve que sai da roça uma hora da tarde que o fiscal ia lá di novo.... ( indignada)*

*Laranja... nóiz cheguemo largá muitas vez laranja no chão... entendeu? Laranja no chão lá de monte, porque tinha que sai da roça aquela hora... porque o fiscal vai chegá.... e aí vai murtar a fazenda porque tá sem registo...*

*Teve vez que nóiz viu fiscal correndo lá, e nóiz correndo dele aqui... né... porque quem que vai querer o registrado pro ce num ganhá nada....*

*Então... cê num vai ficá lá dando mole, pra cumprir o impreiteiro, porque se nóiz qué ganhá o pão nosso... eles também qué ganhá o dele... certo?*

Joana diz que temem que o fiscal multe os donos das fazendas, e em sua fala diz que não admite o fato de tanta gente querer trabalhar, e os fiscais atrapalharem. E fala com orgulho o fato de o fiscal não ter encontrado o grupo de trabalhadores em que ela estava coordenando.

*E a gente num qué cumpricar ninguém (...) então o que nóiz vai fazê? Se é pá escondê vamo escondê... né? Num vamo deixá pegá (...) pánum cumpricar ninguém (...)*

*Só que tem uma coisa, quando a gente prantava cana em cima do caminhão eles proibiu (...) Porque se caísse um home lá de cima do caminhão e morresse, um acidente arguma coisa (...) num podia, só qui (...) aquilo ali num pode (...) mais em cima dum caminhão prantano cana....mais trabaiá escravo pode (...)*

Quanto as relações de trabalho entre empreiteiros, gatos, donos da fazenda Joana responde em entrevista a diferença entre colher laranja para a indústria e o mercado, dizendo que os trabalhadores não sabem o destino das laranjas colhidas. Eles colhem e os caminhões saem carregados para as indústrias de moagem da laranja. O que a trabalhadora relatou foi que, eles vão trabalhar em uma determinada lavoura, e o empreiteiro funcionário da indústria vem e faz um acordo com o dono da fazenda comprando toda a produção de laranja colhida. Após isso, é oferecido uma quantia de dinheiro aos “gatos”, e os colhedores são os últimos a receberem nesta cadeia de pagamentos, o dinheiro que ganham é conforme sua produtividade.

*Nóis não sabe (...) nóis só sabe que nóis cói, os caminhão saí carregado, e vai pras firma da laranja...*

*É assim... a fazenda tá lá, tem num sei quantos pé de laranja prantado (...) o que que acontece (...) tem um empreitêro que vem da industria lá de onde mói a laranja. Aí o que que ele faz, ele vai lá na fazenda compra aquela laranja lá:oh eu vô pagá tanto pra você (...) Aí ele vai oferecer pô nosso gato (...) não pra nóiz (...) que nóiz é o final lá da história (...) aí ele vai oferecê (...) vamos supor(...) ele vai oferecer pu nosso gato que leva nóiz tanto pur caixa(...) aí o nosso gato, vai oferecer pá nóiz oto tanto por caixa (...) Então é um passando pru oto, passando pru oto (...)*

Relatou que o trabalho na lavoura é insalubre, estão sujeitos expostos a variados tipos de acidentes de trabalho, desde quedas em escadas, ferimentos por animais peçonhentos. Joana conta que sofreu um ferimento no dedo, com espinho da laranja.

*Há muitos anos atraiz eu estrepei minhas mãos com ispin e fui Pará na Santa Casa.... Num conseguia mais trabaiá... fui pará na santa casa... chamaro a pulicia..... acidente de trabaio.... sem registo..*

*Era pra mim fazê cirurgia na mão (...) eu perdi deiz dia (...)uma mão paraliso aqui (...) num michia mais (...) a mão fico pretinha igual carvão (...) O médico falô que não podia fazê cirurgia, chamo a pulicia (...) acidente de trabaio.*

*Eu não fiz ocorrência porque não quis cumpricar a fazenda, nem empreiteiro, eu só queria sarar e vortá trabaiá, ninguém tinha culpa de eu tê machucado (...)*

A colhedora de laranja não quis fazer boletim de ocorrência, pois não quis comprometer o empreiteiro, e nem o dono da fazenda. E acredita que o fato de a mesma se machucar no trabalho é devido à ela mesma que não tomou o mínimo de cuidados, não obteve

uma atenção redobrada. Portanto fez um acordo com o empreiteiro de o mesmo ir pagando os dias que a sra. Joana ficara de repouso em casa, contudo até o dia de hoje nunca recebeu nada. Em relato disse que um companheiro de trabalho, se machucou com uma queda da escada e machucou o tendão. Não foi feito o socorro, pegarão o trabalhador e deixaram no na varanda de sua casa, conta a mesma que foi algo desumano. Portanto ela conta com alegria que o seu companheiro de trabalho processou o empreiteiro, sendo que ele teve que pagar, os direitos.

Há muitos anos atraiz eu estrepei minhas mãos com ispin e fui Pará na Santa Casa.... Num consiguia mais trabaiá... fui Pará na santa casa... chamaro a pulicia.... acidente de trabaio.... sem registro...

Eu cheguei nu dono do ônibus, que eu trabaiava e falei pra ele ó: chamaro a polícia lá acidente de trabaio e eu num queo cumpricar ninguém, eu só quero sarar e vortar a trabaiá....

Aí esse memo ônibus que eu trabaiava... o primeiro dia que o home vai na roça, o home tá subido na escada ali, panhano laranja com a sacola.... eu não panho laranja com sacola porque eu não posso por causa da minha coluna, e porque me dá cãibra na barriga.. no corpo... na perna, me dá cãibra no corpo intero... eu não vou subir na escada com uma sacola de laranja... se for pra mercado eu vô panhá, mais eu pego só um poquim na sacola... e já desço da escada. Porque se escada tombá com você com a laranja ali... eu não faço isso.

Aí esse cara vai trabaia assim só esse dia... chego di tarde: oh chama lá fulano que nós tá indo embora... aí vai lá gritá o home pra i embora, e o home, cai da escada cá sacola... qubrô tendão da perna, aí já começo gritá lá do chão... nói foi lá... foi em treis quatro home... esse home tava em grito.. coloquemo ele dento dum ônibus, lá sentado num banco, o dono do ônibus que pra mim num presta (...) é o memu que num pago minha mão estragada... troxe o home duente ali, chego na porta da casa dele, cátaru ele e colocaro lá no arpende e o ônibus foi embora (...)

Joana disse orgulhosamente que nunca precisou da assistência social, cuidou dos filhos sozinha após a morte de seu companheiro, contudo mesmo passando por diversas dificuldades econômicas. Afirmou que não sabia nada sobre a assistência social.

Perguntei se conhecia o CRAS , a disse que sabe onde fica, porém nunca foi ao CRAS de seu território.

*Sei onde é (...) mais eu nunca fui atráiz dessas coisas não! Ainn fia.... num sei nem ti expriá, eu vejo falá (...) pra mim (...) o que mi interessa é o meu pobrema (...) eu tando na roça quando eu tô bem (...) quando eu num tô (...) que essas cãibras que me dá (...) tem hora que eu tenho que pará de trabaiá (...)*

### 3.3.2 Infância/ Adolescência

Na entrevista observou-se através das falas da trabalhadora rural colhedora de laranja diarista que, o fato de não existirem políticas públicas sociais desde de seu nascimento, e a não obrigatoriedade á educação, as famílias pobres não possuíam condições de manterem

seus filhos na escola, restando-lhes apenas o trabalho, abandonando assim desde cedo os estudos para atuarem na lavoura.

Joana não teve muitas alegrias em sua infância, pois desde cedo tinha que trabalhar, não tinha tempo para brincar, aprendeu a pegar em uma enxada ainda criança. E isso fez com que o trabalho na lavoura se tornasse sua única opção.

As dificuldades de cunho sócio- econômico eram muitas, e não podiam usufruírem com qualidade da alimentação, pois o dado período citado por Joana que é a dada década de 70 estava acontecendo no Brasil, o que chamamos de Ditadura Militar, tal como salário reduzidos, escassez de postos trabalhistas, o capitalismo começou a ser inserido no campo, fazendo com que a terra seja novamente especulada a fins de implantação da agroindústria. E isso fez com muitos fossem expulsos do campo para as cidades sem os subsídios básicos, foram submetidos a uma cultura diferente, foram vítimas de muitos problemas sociais, tal como: alimentação precária, moradias insalubres entre outras, nesse período citado por Joana as cidades brasileiras não estavam preparadas para receberem um grande número de população vinda do campo.

Quando se trata do transporte, citado por Joana eram desumanos, os trabalhadores eram carregados nas carrocerias de caminhões, não havia segurança, ocorria muitos acidentes, tinham que se sujeitarem ao frio, chuvas as madrugadas, e até mesmo acidentes, como foi relatado o acontecido com sua irmã mais nova. Ao passo que podemos ver, mesmo existindo movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida e de trabalho do campesino, nem todos os trabalhadores conhecimento desses grupos.

### **3.3.2- Vida Adulta/ Trabalho**

Ao início de sua vida adulta e casada, Joana logo veio a ter filhos, e quanto ao casamento e aos filhos, em sua concepção não houve grandes mudanças em sua vida. O fato de ter filhos fez com que Joana tivesse uma carga de trabalho maior ao chegar em casa após um longo dia cansativo de trabalho no campo.

E as dificuldades no diz respeito aos cuidados dos filhos para poder trabalhar eram inúmeras já que não havia creches pública, as mães tinham que se submeterem a deixarem seus filhos com parentes próximos ou mesmo pagarem pessoas ou a única alternativa era levar as crianças para lavoura, sendo que estava correndo um risco muito grande de picadas de insetos, acidentes com animais peçonhentos, podendo estar a mercê de variados tipos de violência.

Joana diz que seus trabalhos rurais foram a maioria sem registro em carteira, e que

atualmente é diarista da colheita da laranja sem vínculo empregatício formal, e isso se deve ao fato dos capitalistas industriais da laranja comprarem os pés de laranja das fazendas, e se absterem com qualquer encargo trabalhista se eximindo da responsabilidade, deixando os contratos a cargos de “gatos”, que são os intermediários no processo de exploração, ao mesmo tempo que são explorados por grandes grupos a driblar as imposições legais e leis trabalhistas. Há clareza em sua fala quando se diz que passam por verdadeiras humilhações para não serem pegos pelas fiscalizações do Ministério do Trabalho, pois as multas e os encargos que os donos das fazendas e os “gatos” poderiam vir a sofrer seriam grandes. Sendo assim há narrativas que a trabalhadora diz que já foi preciso ficar escondida por várias horas sem se alimentar, tudo para não serem pegos. ( BARBOSA, 2008)

Quanto a questão da aposentadoria Joana alega estar aposentada, contudo foi um processo bastante árduo, pois não tinha registrado em carteira dos anos trabalhados, a única forma de se aposentar foi reunir testemunhas que a conhecia de longas datas e sabiam de sua trajetória de vida, enquanto trabalhadora rural. Portanto se aposentou por vias jurídicas e não por administrativas, e isso é um fato que costumeiramente ocorre, pois como não foram registrados, devem juntar provas documentais tais como; talões de notas e testemunhas, passando por um processo lento e demorado. (SIMÕES, 2007)

Joana alega que hoje tem variados problemas de saúde pelo fato de no passado ter se esforçado muito, pois foram tempos difíceis quando ficou viúva, tinha que manter a casa, tinha o filho mais velho para criar sozinho. Sobre ser trabalhadora rural, e usufruir do direito a saúde, quando “espetou” o dedo colhendo laranja ficou variados dias sem poder trabalhar, e sem o benefício auxílio- doença. Passando por dificuldades de cunho sócio econômico. É muito comum os trabalhadores rurais que se machucam irem sozinhos ao hospital, já que não fazem boletim de ocorrência para não complicarem os “gatos”, pois todavia ficam “sujos” nesse meio e ninguém os querem para trabalharem. Joana associa o fato de se acidentar á sua própria falta de atenção, em sua concepção ela deveria ter tomado os devidos cuidados. Não tem a compreensão de que machucou pela falta de equipamentos de proteção individual que deveria ser fornecidos pela empresa na qual trabalha.

Joana disse que sabe onde fica o CRAS de seu bairro, contudo não entende como funciona assistência social, nunca foi em órgãos de assistência social, pois sempre trabalhou, e diz com orgulho que nunca precisou de auxílios. Este pensamento está incutido na cultura da população brasileira, isto se deve ao fato de assistência social por muitos anos ter cunho de benevolência e caritativo. Não pensado à partir da lógica do direito social.

Segundo Freitas e Cariaga (2014), no capitalismo os trabalhadores não são livres para escolherem. Em se tratando da base no trabalho diário dos colhedores de laranja, eles ficam

sujeitados a trabalharem para aqueles que dão oportunidades de trabalhos à eles, seja de vínculo informal ou não, contudo como fora descrito na entrevista, com o vínculo informal ganha-se mais, e assim sendo os trabalhadores tem suas despesas, sua família para alimentar, trilha nos (des) caminhos da informalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos a respeito da exploração dos colhedores de laranja diaristas se deram com uma conclusão de que com o êxodo rural, e o capitalismo adentrando o campo, os pequenos trabalhadores da zona rural, não conseguiram acompanhar esse desenvolvimento pois não tinham condições financeiras para a modernização, ou seja comprar maquinários, não conseguiam empréstimos por ter a renda menor. Tiveram que tentar uma nova sorte nos centros urbanos. Contudo não tiveram acesso à escola, não tinham outras experiências de trabalho que não a lavoura. E lhes sobraram os empregos insalubres, empregos informais, sendo um deles a colheita da laranja.

Através do estudo de caso, percebe-se que esses trabalhadores foram submetidos a uma condição exploratória desde o veículo em que eram transportados, sem nenhuma segurança, ficando a mercê de variadas intempéries do clima, causando até mesmo acidentes.

O direito a seguridade que está previsto na Constituição Federal, não se faz presente na vida desses trabalhadores, pois os mesmos não tem acesso á saúde, todavia quando se machucam, não tem respaldo previdenciário no que se refere ao auxílio doença. Os colhedores de laranja não denunciam por medo de represálias, pois assim sendo após denuncia não são bem vistos, e dificilmente conseguem uma nova colocação no meio rural.

O direito a assistência social é totalmente negado à partir do momento em que este trabalhador não consegue acesso aos benefícios da seguridade social, pois existem critérios nesta política, e se o individuo não estiver na categoria de pessoa com deficiência, idosos, crianças e adolescentes, não há como se enquadrarem neste viés do tripé da seguridade social.

Pude compreender através dessa pesquisa que muitos não procuram a assistência social, por vergonha e falta de informações. Isto se deve ao fato de existirem os mitos que perpassam o imaginário social, de que a assistência social é para pessoas extremamente miseráveis.

A seguridade social em sua maioria não faz valer os direitos das pessoas que estão em situação de trabalhos informais e sem renda. Pois estes são os desprotegidos da política de assistência social.

Na atualidade todos esses direitos no que tange a seguridade social, saúde, previdência e a política de assistência social, estão sucateados por governos que flexibilizam as leis trabalhistas, favorecendo cada vez mais os grupos de capitalistas. Como no caso dos grandes

citricultores que eximem de suas responsabilidades contratuais aos colhedores de laranja, que na cadeia produtiva, quando esse dinheiro vai para as mãos dos trabalhadores, não acompanha a inflação.

As variantes estão nas divergências entre capital e trabalho, é devido a super-exploração de alguns, e a retirada da mais-valia, que os grandes citricultores

Quanto ao poder público deveria se ter uma maior fiscalização do Ministério do Trabalho, aos pomares de laranja do interior paulista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BARBOSA, Gabriela da Rocha. **Os consórcios de produtores rurais no complexo agroindustrial citrícola paulista: das gatoperativas aos gatorcírios- a velha forma de contratação de mão-de-obra rural.** 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p
- BRAZ, M.; NETTO, J. P. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2016.
- CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados, volume 15, n.43, 2001.
- CARIAGA, M. H.; FREITAS, S. O alcance da seguridade social brasileira aos socialmente desprotegidos. Desafios Revista Interdisciplinar da Universidade do Tocantins, vol. 1, n. 1, jul/dez, 2014, p. 57-73.
- CASARI, L. R. S. **Estrutura produtiva e produção familiar: um estudo de caso no município de Fernandópolis-SP.** Dissertação. Faculdade de Ciências de Presidente Prudente, 2006.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.
- DINIZ, T. M. R. G. O estudo de caso suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.
- GALIZA, M. VALADARES. **Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso.** Brasília: IPEA, 2016.
- Guimarães, E. F. G. **O processo de implementação do SUAS : um estudo sobre o trabalho desenvolvido pelos CRAS no noroeste paulista.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015.
- ASSIS, G. N. Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964). ANPUH, XIII Encontro de História, 2010. Comunicação.
- HUBER, L. O boia-fria: espoliação e direitos (Jales-SP, 1960 – 2003). In. NARDOQUE, S.; MOREIRA, V. J.; PERINELLI NETO, H. (Org.). **Noroeste paulista: práticas e movimentos sociais, trabalhadores e experiências.** São Paulo, Outras Expressões, 2013.
- PANAGIDES, P. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia.** Vol. 23, n.1, jan/mar, 1969.
- SANT'ANA, R. S. **O trabalho bruto no canavial: questão agrária e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In. MDS; UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. UNESC, 2009.

## ANEXO 1.

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDOPOLIS-FEF  
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDOPOLIS-FIFE**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa, **Trabalhadores Diaristas Colhedores de Laranja: “Um estudo de caso à partir do Tripé da Seguridade Social”**. Pesquisadora: **Denise Cristina de Souza Moda**, graduanda do curso de Serviço Social da Fundação Educacional de Fernandópolis, sob orientação da **Profa. Ma.: Fabíola Regina Falcoski**

A minha participação é voluntária, o que significa que posso desistir a qualquer momento, retirando o consentimento, sem prejuízos ou penalidades pessoais e profissionais. Fui esclarecido que meu nome não será divulgado, preservando minha identidade, e, que as informações concedidas serão por meio de questionário ou entrevista, e utilizadas somente para fins desta pesquisa, cujos resultados serão a mim socializados.

Essa pesquisa tem como **objetivo**: Entender os as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos colhedores de laranja na região noroeste do Estado de São Paulo.

Os **sujeitos** da pesquisa serão: Uma trabalhadora que atua na informalidade da colheita de laranja.

Assim, firmo o presente termo, ficando com uma cópia do mesmo.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador(a)

\_\_\_\_\_  
Entrevistado(a)

Cidade – \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Orientadora

**ANEXO 2.**

## Roteiro de entrevista.

## I- Dados Sócios Econômicos.

Idade.

Local de Moradia.

Etnia.

Religião.

Estado Civil.

Números de filhos.

Escolaridade.

Profissão.

Vínculo Empregatício atual.

Renda Individual.

Situação de aposentadoria.

Número de pessoas que trabalham na família.

Renda Familiar.

Situação de Moradia (Casa própria, alugada, cedida).

## II- Infância;

Onde você morou durante sua infância e adolescência?

Como eram as relações de convivência com sua família?

Com quantos anos começou a trabalhar?

A senhora teve a oportunidade de estudar?

Como era a condição financeira da família?

## III- Vida Adulta;

Como foi para senhora o fato de ter filhos? Com quem deixava os filhos para trabalhar?

Quais os tipos de serviços rurais a senhora já fez?Quais as formas de remuneração?

Atualmente a senhora trabalha com registro em carteira, ou sem registro?

Como são suas rotinas diárias durante um dia de trabalho na lavoura?

Como foi que conseguiu este trabalho?

Já teve algum problema de saúde decorrente do trabalho?

Em seu bairro tem CRAS? Já foi atendida?